



FUNDAÇÃO
SANTA MARIA
DA SILVA

Instituição Particular de Solidariedade Social e Utilidade Pública
NIF 502 276 517
Av. Almirante Gago Coutinho 83
1700-028 LISBOA

JPSC
Rsepa
Juliana
MJ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos estatutários o Conselho de Administração vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade da Fundação Santa Maria da Silva no exercício de 2021.

Durante o presente exercício, foram concedidos donativos no valor de 38.000,00 euros.

As receitas da Fundação de rendimentos de juros de depósitos e de outras aplicações financeiras totalizaram 9.197,47 euros, valor inferior em 913,31 euros ao registado no ano anterior.

A Fundação regista, neste ano de 2021, um resultado líquido 70.467,05 euros. Este valor deve-se, essencialmente, à variação favorável da cotação dos títulos em carteira, os quais, no início de 2021, se encontravam fortemente penalizados pelo impacto negativo da Pandemia SARS-CoV-2 / COVID-19 nos mercados financeiros.

A obrigatoriedade legal de fazer refletir nas contas anuais, resultados ainda não realizados, referentes a determinados investimentos da Fundação, encontra-se expressa nas rubricas de "Aumentos/Reduções de Justo Valor".

Em termos da carteira de investimentos da Fundação, essa evolução favorável traduziu-se num montante positivo de 110.058,55 euros, quando no anterior exercício de 2020, se tinha contabilizado uma evolução global favorável de 29.340,54 euros.

Saliente-se que esta evolução favorável, na sua quase totalidade, não se encontrava realizada, a 31 de Dezembro de 2021.

Considerando os juros e rendimentos obtidos e as variações de justo valor acima indicados, os resultados líquidos nos investimentos financeiros foram positivos em 119.562,50 euros.

No exercício de 2021 a Fundação recebeu da Autoridade Tributária, o montante de 3.293,50 euros, referente à consignação de IRS.

Assim o exercício de 2021 gerou um resultado líquido 70.467,05 euros, tendo o total dos Fundos Patrimoniais da Fundação ascendido em 31 de Dezembro de 2021 a 2.481.600,87 euros.

Os Fornecimentos e Serviços Externos que ascenderam a 15.561,17 euros, registaram um acréscimo de cerca de 4% em relação ao exercício anterior, essencialmente em consequência do aumento dos gastos com água e serviços bancários.

O Conselho de Administração considera que a Fundação possui os níveis de liquidez e de capital necessários para assegurar a continuidade das operações, nomeadamente a atribuição de donativos.

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de 70.467,05 euros, seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 18 de Abril de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Sequeiros

Dr. João Pedro Gonçalves Barros de Sequeiros

Ana Sequeiros

Dra. Ana Isabel da Cunha Gonçalves de Sequeiros

Julieta da Cunha Gonçalves
D. Julieta Cunha Gonçalves

Paula Sequeiros

Dra. Paula Maria da Cunha Gonçalves de Sequeiros

Miguel Lourenço Magalhães Duarte

Dr. Miguel Pedro Lourenço Magalhães Duarte

Fundação Santa Maria da Silva

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

Indice → *28/12/21*
Bel
MD
ref

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Activos Fixos Tangíveis.....	15
6. Investimentos Financeiros	16
7. Rédito.....	16
8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	16
9. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
10. Imposto sobre o Rendimento	17
11. Benefícios dos empregados	17
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
13. Outras Informações	17
13.1. Outros Activos Financeiros	17
13.2. Caixa e Depósitos Bancários	18
13.3. Créditos a Receber.....	18
13.4. Fundos Patrimoniais	18
13.5. Estado e Outros Entes Públicos	19
13.6. Outros Passivos Correntes.....	19
13.7. Fornecimentos e serviços externos	19
13.8. Justo Valor – Aumentos/Reduções.....	19
13.9. Outros Rendimentos.....	20
13.10. Outros Gastos	20
13.11. Resultados Financeiros	20
13.12. Eventos Subsequentes	21

Balanço

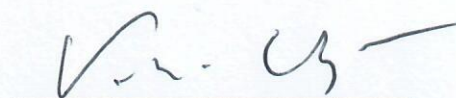
(Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODO	
		dez/ 21	dez/ 20
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	72.699,79	72.699,79
Investimentos Financeiros (Out. activos financeiros)	6	298.000,00	298.000,00
		370.699,79	370.699,79
Activo corrente			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	13.1	1.290.136,74	1.181.028,06
Créditos a receber	13.3	2.500,00	2.875,00
Caixa e depósitos bancários	13.2	822.416,88	860.767,97
		2.115.053,62	2.044.671,03
Total Activo		2.485.753,41	2.415.370,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13.4	1.191.894,78	1.191.894,78
Resultados transitados	13.4	1.219.239,04	1.233.536,61
Resultado líquido do período		70.467,05	(14.297,57)
Total dos Fundos Patrimoniais		2.481.600,87	2.411.133,82
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	13.5	0,00	87,50
Outros passivos correntes	13.6	4.152,54	4.149,50
		4.152,54	4.237,00
Total do Passivo		4.152,54	4.237,00
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2.485.753,41	2.415.370,82

Administração

João Sequeira
 Ana Sequeira
 Inês da Cunha Gonçalves
 Paulo Sequeira
 Miguel Magalhães

O Contabilista Certificado



Demonstração dos Resultados por Naturezas

(Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	N.º/AS	PERÍODOS	
		dez/ 21	dez/ 20
Fornecimentos e serviços externos	13.7	(15.561,17)	(14.957,90)
Aumentos/Reduções Justo Valor	13.8	110.058,55	29.340,54
Outros rendimentos	13.9	4.854,20	1.946,41
Outros gastos	13.10	(38.082,00)	(40.737,40)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		61.269,58	(24.408,35)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61.269,58	(24.408,35)
Juros e rendimentos similares obtidos	7,13.11	9.197,47	10.110,78
Juros e gastos similares suportados	13.11	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		70.467,05	(14.297,57)
Imposto sobre o rendimento do período	10		
Resultado líquido do período		70.467,05	(14.297,57)

Administração

João Sequeira
 Duarte Sequeira
 Julieta da Cunha Gonçalves
 Paulo Sequeira
 Miguel Miguel Duarte

O Contabilista Certificado

V. e. G.

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	1.191.894,78	1.132.121,61	101.415,00	2.425.431,39		2.425.431,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	101.415,00	(101.415,00)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(14.297,57)	(14.297,57)		(14.297,57)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			(14.297,57)	(14.297,57)	-	(14.297,57)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+4	1.191.894,78	1.233.536,61	(14.297,57)	2.411.133,82	-	2.411.133,82

Contabilista Certificado

Vou Luz

Administração

João Sequeira
Ana Simões
Juliana de Cunha Gonçalves
Paulo Sequeira
Miguel Magalhães

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	1.191.894,78	1.233.536,61	(14.297,57)	2.411.133,82	-	2.411.133,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(14.297,57)	14.297,57			
	7	-	(14.297,57)	14.297,57	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			70.467,05	70.467,05		70.467,05
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			70.467,05	70.467,05	-	70.467,05
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações							
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	1.191.894,78	1.219.239,04	70.467,05	2.481.600,87	-	2.481.600,87

Contabilista Certificado

Vau - Cont

Administração

João Sequêiro
Céu Sepúlveda
Ánita de Cunha Gonçalves
Paolo Sequêiro
Miguel Maciel

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Pagamentos a Fornecedores	13.739,85 €	13.776,29 €
Pagamentos de Donativos / Apoios	38.000,00 €	38.500,00 €
Caixa gerada pelas operações	(51.739,85€)	(52.276,29€)
Outros recebimentos/pagamentos	1.618,22€	1.050,33€
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(50.121,63€)	(51.225,96€)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Activos Fixos Tangíveis</i>	0,00 €	0,00 €
<i>Investimentos Financeiros</i>	0,00 €	0,00 €
<i>Outros ativos</i>	0,00 €	420.000,00 €
Recebimentos provenientes de:		
<i>Investimentos Financeiros</i>	0,00 €	0,00 €
<i>Outros ativos</i>	110.427,53 €	448.179,60 €
<i>Juros e rendimentos similares</i>	9.197,47 €	10.393,93 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	119.625,00€	38.573,53€
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00€	0,00€
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	69.503,37€	(12.652,43€)
Efeito das diferenças de câmbio	1.254,22€	(1.488,26€)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.041.796,03€	2.055.936,72€
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.112.553,62€	2.041.796,03€

Administração

João sequinho
 Que sequis
 Luíza da Cunha Gonçalves
 Tereza sequinho
 Miguel Magalhães

O Contabilista Certificado

Vau-CP

JPSig
Juliana
PSEP
VJ

Anexo

1. Identificação da Entidade

A FUNDAÇÃO SANTA MARIA DA SILVA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação/Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 22 de 26/01/1990, Série III, com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho em Lisboa. Tem como actividade o Apoio Social sem Alojamento, para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Apoiar instituições de assistência social, culturais e humanitárias;
- Auxiliar, em especial, a assistência e formação de crianças e jovens e, ainda de uma maneira geral, o cidadão na velhice e na invalidez.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os períodos iniciados em 1 de Janeiro de 2010, e que constituem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) previsto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e composto por:

- SNC - Sistema de Normalização Contabilística, que inclui as Bases Para a Apresentação de demonstrações Financeiras;
- EC - Estrutura Conceptual, publicada no Aviso 8254/2015, de 29 de Julho e Declaração de Rectificação 917/2015 de 19 de Outubro;
- CC - Código de Contas, publicado na Portaria 218/2015 de 23 de Julho e Declaração de Rectificação 41-A/2015 de 21 de Setembro;
- MDF - Modelos de Demonstrações Financeiras, publicados na Portaria 220/2015 de 24 de Julho e Declaração de Rectificação 41-B/2015 de 21 de Setembro;
- NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, publicadas pelo Aviso 8256/2015 de 29 de Julho e Declaração de Rectificação 918/2015 de 19 de Outubro;
- NI - Normas Interpretativas, publicadas no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho;
- NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades, publicada pelo Aviso 8257/2015 de 29 de Julho e Declaração de Rectificação 915/2015 de 19 de Outubro;
- NC-ME - Norma Contabilística para Microentidades, publicada pelo Aviso 8255/2015 de 29 de Julho e Declaração de Rectificação 914/2015 de 19 de Outubro;

JRsee
Juliana
P201
MD
Vd

- NCRF-ESNL - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo, publicada pelo Aviso 8259/2015 de 29 de Julho e Declaração de Rectificação 916/2015 de 19 de Outubro.

Os instrumentos acima referidos constituem no seu conjunto o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Na preparação e elaboração das demonstrações financeiras anexas a Entidade adoptou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

JPSeq
①
duchik
PSeq
MD
Vef

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente

atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros activos fixos tangíveis	3 - 20

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

DBeg
Julio
Psep
MD
Vet

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra

JR 500
Juliana
Bef
Vef

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são

JRSeg
Júlio
Prel
WJ
Vef

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	72.699,79	-	-	-	-	72.699,79
Edifícios e outras construções	218.099,38	-	-	-	-	218.099,38
Equipamento administrativo	2.953,78	-	-	-	-	2.953,78
Outros activos fixos tangíveis	5.140,11	-	-	-	-	5.140,11
Total	298.893,06	-	-	-	-	298.893,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	218.099,38	-	-	-	-	218.099,38
Equipamento administrativo	2.953,78	-	-	-	-	2.953,78
Outros activos fixos tangíveis	5.140,11	-	-	-	-	5.140,11
Total	226.193,27	-	-	-	-	226.193,27
Valor Líquido dos Activos Fixos Tangíveis em 31/12/2020						72.699,79

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	72.699,79	-	-	-	-	72.699,79
Edifícios e outras construções	218.099,38	-	-	-	-	218.099,38
Equipamento administrativo	2.953,78	-	-	-	-	2.953,78
Outros activos fixos tangíveis	5.140,11	-	-	-	-	5.140,11
Total	298.893,06	-	-	-	-	298.893,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	218.099,38	-	-	-	-	218.099,38
Equipamento administrativo	2.953,78	-	-	-	-	2.953,78
Outros activos fixos tangíveis	5.140,11	-	-	-	-	5.140,11
Total	226.193,27	-	-	-	-	226.193,27
Valor Líquido dos Activos Fixos Tangíveis em 31/12/2021						72.699,79

JPseq
 J. Silva
 P. Silva
 M. Silva
 V. Silva

6. Investimentos Financeiros

No final do período de 2021 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros / Outros Activos Financeiros:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2021
Obrigações e Prod.Equip.-BCP	298.000,00	-	-	-	-	298.000,00
	-	-	-	-	-	-
Total	298.000,00	-	-	-	-	298.000,00

Encontram-se registados nesta rubrica algumas Obrigações e produtos equiparados que serão mantidos pela entidade até à sua maturidade.

7. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	-	-
Juros e rendimentos similares	9.197,47	10.110,78
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	9.197,47	10.110,78

8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões. Não existindo à data qualquer Provisão constituída.

9. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos períodos de 2021 e 2020, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2021			2020		
	Valor inicial (em €)	Câmbio em 31-Dez-2021	Dif. Valor em 31-Dez-2021	Valor inicial (em €)	Câmbio em 31-Dez-2020	Dif. Valor em 31-Dez-2020
SalDOS Bancarios USD	16.556,76	17.810,98	1.254,22	18.045,02	16.556,76	(1.488,26)
Alien. Activos Financeiros USD	-	-	-	-	-	-
Total	16.556,76	17.810,98	1.254,22	18.045,02	16.556,76	(1.488,26)

Em 2021 apuraram-se diferenças de câmbio favoráveis, ao contrário do ocorrido no exercício anterior.

10. Imposto sobre o Rendimento

A Entidade e respectiva actividade encontra-se totalmente isenta de IRC-Imposto Sobre o Rendimento (ver Nota 3.2.5).

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos/Conselho de Administração, nos períodos de 2021 e 2020, foram de 5 (cinco).

Os membros do Conselho de Administração da Entidade não auferem qualquer tipo de remuneração.

A Entidade não tinha pessoas ao serviço em 31/12/2021 nem em 31/12/2020, não tendo assim incorrido em gastos com pessoal/ funcionários.

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2021	2020
Bankinter (ex-Barclays)	490.091,43	448.561,41
BCP - Millennium	800.045,31	732.466,65
Total	1.290.136,74	1.181.028,06

7/309
 @
 J. Silva
 Ref
 140
 Vef

Nos períodos de 2021 e 2020 registaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Outros Instrumentos Financeiros”:

Instrumentos Financeiros	2021	2020
Saldo a 1 de Janeiro	1.181.028,06	1.172.320,78
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	(949,87)	(20.633,26)
Aumento (diminuição) no justo valor	110.058,55	29.340,54
Saldo Justo valor a 31 de Dezembro	1.290.136,74	1.181.028,06

Em 2021 procedeu-se à análise dos Instrumentos Financeiros negociados em mercado livre e/ou regulamentado, efectuando-se o respectivo ajustamento ao justo valor, reconhecendo-se as variações por contrapartida de resultados do período (ver nota 13.8).

13.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	3,61	3,45
Depósitos à ordem	822.413,27	440.764,52
Depósitos a prazo	-	420.000,00
Outros	-	-
Total	822.416,88	860.767,97

13.3. Créditos a Receber

A rubrica “Créditos a Receber” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.500,00	2.500,00
Outros Devedores	-	375,00
Perdas por Imparidade	-	-
Total	2.500,00	2.875,00

13.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2021:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	1.191.894,78	-	-	1.191.894,78
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.233.536,61	-	(14.297,57)	1.219.239,04
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	2.425.431,39	-	(14.297,57)	2.411.133,82

JPseg
 @
 Jute de
 PSE
 MD
 VJ

13.5. Estado e Outros Entes Públicos

À data de 31/12/2021 a rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” encontrava-se saldada, não existindo qualquer valor a pagar ou a receber.

13.6. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	4.108,20	-	4.108,20
Outros credores	-	44,34	-	41,30
	-	-	-	-
Total	-	4.152,54	-	4.149,50

13.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	-	-
Serviços especializados:	14.101,60	14.283,65
Contabilidade	3.753,96	3.753,96
ROC / Auditoria	4.108,20	4.108,20
Serviços Jurídicos	307,50	430,50
Comissões/Despesas Bancárias	1.645,74	1.064,24
Conservação e Reparação	4.166,20	4.202,30
Outros	120,00	724,45
Materiais	237,40	1,65
Energia e fluidos	1.057,97	636,71
Deslocações, estadas e transportes	-	3,40
Serviços diversos	164,20	32,49
Total	15.561,17	14.957,90

13.8. Justo Valor – Aumentos/Reduções

No período de 2021, ocorreram as seguintes variações relativas ao Justo Valor:

Descrição	Aumentos	Redução	TOTAL
Em instrumentos financeiros	120.287,00	(10.228,45)	110.058,55
Em investimentos financeiros	-	-	-
Em propriedades de investimento	-	-	-
Total	120.287,00	(10.228,45)	110.058,55

Em 2021 procedeu-se à análise dos Instrumentos Financeiros negociados em mercado livre e/ou regulamentado, efectuando-se o respectivo ajustamento ao justo valor, reconhecendo-se as variações por contrapartida de resultados do período (ver nota 13.1).

13.9. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Consignações IRS (AT-Finanças)	3.293,50	1.936,14
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em outros instrum. financeiros	1.560,70	10,27
Outros rendimentos e ganhos - Correc. Exerc. Anteriores	-	-
Total	4.854,20	1.946,41

13.10. Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	82,00	82,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Donativos - Entidades Beneficiárias	38.000,00	38.500,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	667,14
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas - Difs. Câmbio	-	1.488,26
Total	38.082,00	40.737,40

Em Donativos-Entidades Beneficiárias encontram-se, essencialmente, instituições de assistência e apoio social, cultural e humanitário.

13.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,43	177,18
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	9.197,04	9.933,60
Total	9.197,47	10.110,78
Resultados financeiros	9.197,47	10.110,78

JPsee
Julitz
FZY
WJ
VJ

13.12. Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes ajustáveis com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Relativamente a eventos subsequentes não ajustáveis, merece-nos referência a Guerra na Ucrânia desencadeada em 24 de Fevereiro de 2022, por parte da Rússia.

Quando se pensava estar superada a situação gerada pela pandemia COVID 19 surgiram em Fevereiro de 2022 as notícias e desenvolvimentos da Guerra na Ucrânia, potencialmente muito ameaçadora para a Economia Global, mas em especial para o espaço Europeu.

Esta nova realidade, para além de acarretar vastos impactos geopolíticos com consequências a longo prazo, vai desde já trazer fortes perturbações nos mercados financeiros internacionais. Quando a quase totalidade dos analistas previam que 2022 fosse um ano de forte recuperação económica, levando os países europeus a finalmente superar os efeitos da pandemia, agora essas previsões tiveram que ser corrigidas.

Em nota publicada no início de Março o FMI já indicava que a guerra em curso teria um impacto severo na economia global podendo o efeito ser ainda mais devastador se houver agravamento do conflito.

Por enquanto não é previsível uma recessão a nível global, contudo essa possibilidade não pode ser descartada. Certo é que as previsões iniciais de forte crescimento em 2022 terão de ser revistas em baixa, especialmente na Europa.

Outra realidade que podemos tomar como adquirida é que iremos continuar a assistir a fortes perturbações dos mercados financeiros (como está já a acontecer desde o deflagrar do conflito), em todos os tipos de activos.

Neste contexto a Fundação prosseguirá a sua actividade mantendo uma perspectiva de valorização dos seus activos.

No que respeita à actividade da Fundação, a evolução dos mercados financeiros e consequentes impactos ao nível do Justo Valor e dos seus fundos próprios, não se perspectiva venham a constituir um impedimento à mesma, atendendo ainda à expectativa de uma evolução favorável e mais acentuada, como resultado da faseada retoma da actividade económica. O Conselho de Administração considera que a Fundação possui os níveis de liquidez e de capital necessários para assegurar a continuidade das suas operações, nomeadamente a atribuição de donativos.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 18 de Abril de 2022

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Fiscal Único da **FUNDAÇÃO SANTA MARIA DA SILVA**, ("Entidade"), vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as contas referentes ao exercício de 2021.

Foram examinados, por amostragem, os registos contabilísticos, analisada a evolução económico - financeira da Entidade e procedeu-se às verificações que se julgou necessárias.

O Relatório do Conselho de Administração refere o que de relevante se passou no exercício e no Anexo estão descritas as políticas contabilísticas, os critérios valorimétricos utilizados e as demais divulgações impostas pelo normativo contabilístico (SNC).

O Conselho de Administração e os Serviços da Entidade prestaram os esclarecimentos solicitados.

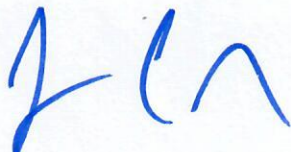
Foi emitida a Certificação Legal de Contas, sem reserva e sem ênfase, documento que deve ser lido em conjunto com este Parecer.

O Fiscal Único é de Parecer que:

- 1) Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as contas do exercício de 2021.
- 2) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 21 de Abril de 2022

O Fiscal Único



João António Rodrigues de Carvalho Rosa
Revisor Oficial de Contas n.º 1472
Inscrito na CMVM sob o n.º 20161082
em representação de JOÃO ROSA & RAFAEL SILVA, SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO SANTA MARIA DA SILVA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.485.753,41 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.481.600,87 euros, incluindo um resultado líquido de 70.467,05 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Lisboa, 21 de Abril de 2022



João António Rodrigues de Carvalho Rosa
Revisor Oficial de Contas n.º 1472
Inscrito na CMVM sob o n.º 20161082
em representação de JOÃO ROSA & RAFAEL SILVA, SROC, LDA.